

PFL não aceita a proposta do parlamentarismo

Para o líder do partido, José Lourenço, adoção do novo sistema é mais uma manobra do PMDB

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), condenou ontem a adoção do sistema misto de governo. Tem de ser presidencialismo autêntico ou parlamentarismo clássico, com eleição indireta para Presidente da República. Com esse argumento a direção do PFL acredita que reverterá a tendência parlamentarista da Assembleia Constituinte. A questão, porém, deverá ser considerada aberta.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), afirmou ontem que a aprovação do sistema parlamentarista, híbrido ou não, é uma manobra do PMDB para tentar ocupar o poder integralmente. "Eles querem se esconder atrás do biombo, mas vamos derrotá-los nesta e em outras votações" — observou.

ANISTIA

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), reuniu ontem os dois líderes do partido, José Lourenço e senador Carlos Chiarelli

(RS), e mais os deputados Saulo Queiroz, José Lins (CE), Arnaldo Prieto (RS) e Aloisio Chaves (PA), que comporão a comissão especial do partido incumbida de analisar o projeto Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte.

O sistema de governo foi o principal tema abordado devido ao anúncio de Cabral de que aceitara a proposta do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) instituindo o parlamentarismo modelo alemão. Maciel reafirmou sua posição em favor do presidencialismo mitigado, com equipotência de poderes.

Os deputados Aloisio Chaves e José Lins estão convencidos de que será aprovado o parlamentarismo misto, em fórmula muito próxima à de Arinos. Para eles, essa é a tendência predominante no Congresso e na própria bancada partidária.

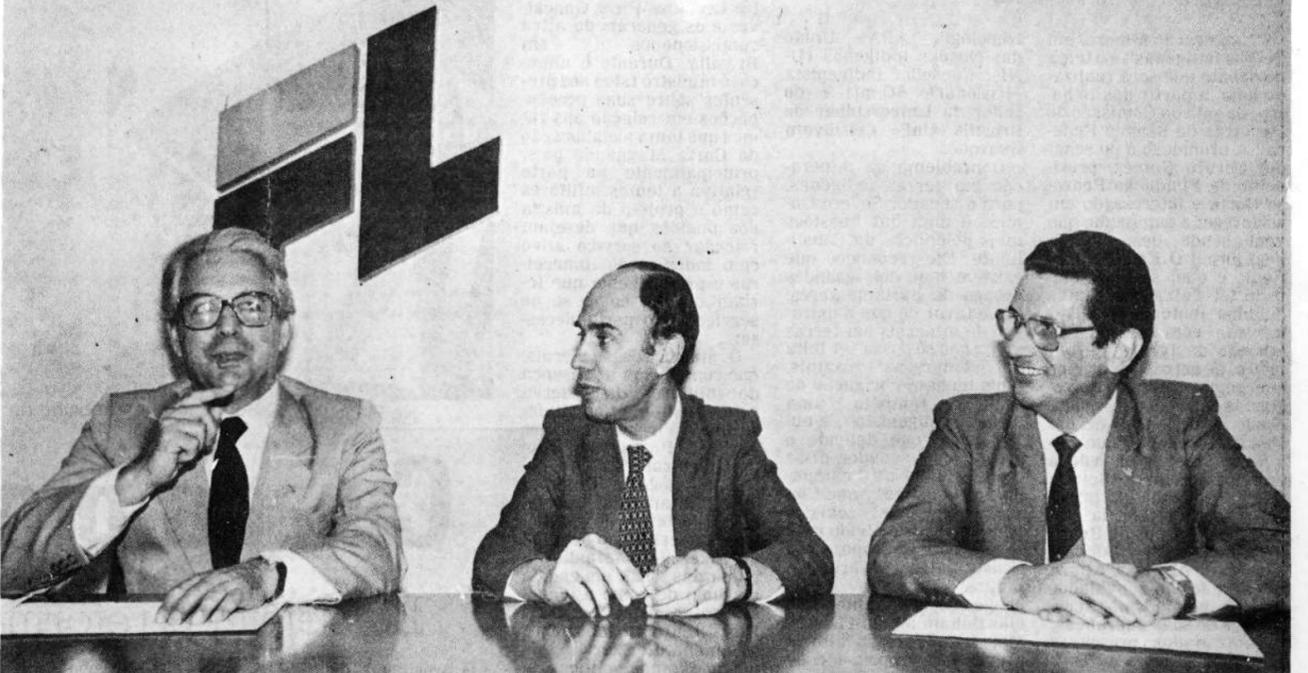
Saulo Queiroz acredita que a votação final será entre as características clássicas dos

dois sistemas. No parlamentarismo terá de haver eleição indireta para Presidente da República, devendo ser apresentada emenda nesse sentido. Isso, porém, não ocorre em vários países onde é adotado o sistema parlamentarista.

Na reunião do PFL foi examinada, também, a preocupação de setores militares com a emenda sobre anistia e o papel das Forças Armadas. Nenhuma das emendas sugeridas até o momento sobre anistia conseguiu o consenso, muito menos a aceitação da área militar. Há também dificuldades em relação ao papel das Forças Armadas na área interna, que será definido de forma implícita para evitar maiores atritos.

Em vez de atribuí-lhes a segurança interna, o projeto do relator Bernardo Cabral, que é muito amigo do ministro do Exército, general Leônidas Pires, dirá que cabe às Forças Armadas a guarda da Constituição.

EUGENIO NOVAES



José Lourenço, Marco Maciel e Carlos Chiarelli debatem o sistema de governo e decidem lutar contra o parlamentarismo

Ulysses admite que tendência é majoritária

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, reconheceu que é majoritária a tendência da Constituinte pelo parlamentarismo numa conversa com o deputado Ibsen Pinheiro (RS), vice líder do Partido na Constituinte. Ulysses primeiro ouviu calado Ibsen declarar que essa tendência majoritária pelo parlamentarismo era nítida, para afirmar que tinha a mesma impressão que o deputado gaúcho.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique, não apenas confirmou que o parlamentarismo "é amplamente majoritário", como advertiu que não deve sofrer oposição do Palácio do Planalto e dos Governadores, sob pena de "produzirmos um casuismo incapaz de superar o impasse institucional em que vive o País mergulhado, desde as contratações que fizeram do sistema presidencial um regime imperial".

CONSULTAS

O deputado Ulysses Guimarães tomou a iniciativa de realizar uma consulta dentro do PMDB a respeito da tendência dominante em relação à forma de governo. Recentemente, indagou a opinião do deputado Ibsen Pinheiro sobre o assunto, ouvindo-o dizer que era parlamentarista nitidamente a tendência da maioria no Partido e na Constituinte.

Ibsen informou a Ulysses que, dos 19 deputados federais gaúchos do PMDB, só dois são presidencialistas: Paulo Mincarone e Paulo Roberto Ponte. Ao final da conversa, o presidente do PMDB disse a Ibsen Pinheiro que estava recolhendo a mesma impressão como fruto da paciente sondagem que resolveu realizar.

A definição do sistema de governo deve passar por ampla negociação na Constituinte com o Presidente da República e os governadores. Poderíamos tratar do Poder Judiciário sem conversar com os magistrados?, Do mesmo modo não podemos pensar numa



Luis Henrique

reforma tão radical de forma de governo, que envolva o Poder Executivo, sem conversar com quem é o titular desse Poder atualmente — disse Luis Henrique.

Quando um repórter indagou se Luis Henrique estava informado de que Sarney não deseja o parlamentarismo, o líder do PMDB disse que nunca ouviu oposição a esse sistema de governo do Presidente ou de seus Ministros nas várias conversas que manteve. Diante da informação de que o porta-voz da Presidência da República havia anunciado a intenção de Sarney de mobilizar os governadores para vencer a tendência parlamentarista, disse:

Essa oposição à tendência parlamentarista poderá manter o impasse. As pressões poderão produzir um casuismo de regime incapaz de superar o impasse institucional em que vive o Brasil.

Em seguida, Luis Henrique disse que é muito grande a oposição entre os constituintes ao presidencialismo, hoje encarado como a fonte dos nossos problemas institucionais. "Presidencialismo é sistema de Terceiro Mundo e próprio de países onde há uma sucessão de abertura e ditaduras. Hoje, aos 47 anos, verifiquei que vivi 27 deles em ditaduras, sendo 16 durante o Estado Novo e 21 no regime militar, afirmou o líder, completando: "Até nos Estados Unidos o presidencialismo tem crises".

Da forma de governo

JOSAPHAT MARINHO*
Especial para o CORREIO

A escolha e a configuração da forma de governo representam o maior problema político para a Assembleia Nacional Constituinte. As soluções relativas a todo o mecanismo institucional e à sociedade dependerão, grandemente, dessa opção e da consistência que o texto constitucional imprimir ao sistema. Apurada a tendência à formação de regimes políticos de caráter misto, o cuidado do legislador não será tanto com a unidade doutrinária, porém com a criação de estrutura funcional. O delineamento do regime não deve refletir contradição ou anomalia, nem excessivo rigor de concepção teórica. Essencial é que lhe sejam asseguradas condições de prática real e produtiva.

A armadura constitucional e política destina-se a atender aos reclamos e interesses da comunidade, e não à lógica inflexível de filosofias ou a arrebatamentos emocionais, originários de preconceito ou de inexperiência. A conformação do regime político, para subsistir, há de retratar a capacidade de equilíbrio de seus construtores entre a idêia e a realidade. Assim, não bastam os defeitos orgânicos, e os erros de procedimento do presidencialismo para justificar a adoção do parlamentarismo. Entre os vícios e as virtudes dos dois tipos de governo, cumpre considerar as peculiaridades de cada povo e as circunstâncias históricas dentro das quais se vai efetivar a preferência. Tais elementos podem desaconselhar a fórmula aparentemente adequada, ou condicionar sua aceitação a modificações substanciais.

É o que ocorre no Brasil. Não há que duvidar da superioridade do regime

parlamentar de governo. A substituição do poder pessoal pelo colegiado, a flexibilidade na solução das crises restritas ou amplas, o alheamento da máquina administrativa do conflito político e partidário são particularidades, entre outras, que superpõem o regime parlamentar ao presidencial. A responsabilidade do governo apura-se com presteza que não tem correspondência no mecanismo presidencial, mesmo onde este funciona com regularidade, como nos Estados Unidos. A discussão constante e normal dos atos políticos e administrativos, no Parlamento, favorece a publicidade do procedimento oficial e propicia as sanções cabíveis.

Mas o sistema parlamentar pressupõe a presença de partidos políticos permanentes, de atuação programática, de composição suscetível de indicar as diferenciações ideológicas fundamentais, na prática, em confronto com outras agremiações. Por motivos diversos, e particularmente pelos males advindos do regime discricionário instituído em 1964, não temos, em conjunto, partidos com tais qualidades. Ressalvados os mais radicais, sobretudo à esquerda, os outros partidos vivem intensa crise de identidade. Alguns não conseguem conter suas divergências nem para definir diretrizes básicas, em grande atos públicos.

Como, então, fazê-los funcionar de modo adequado, em sustentação do sistema parlamentar de governo? Argui-se que a mecânica do regime lhes forçará o aperfeiçoamento, e até se invoca o passado imperial. Trata-se de uma conjectura, sem base razoável pelo menos com relação ao Brasil. Em realidade, os partidos

não se robusteceram nem conquistaram individualidade no período monárquico, a ponto de servir de referência histórica. Carlos Maximiliano lembra o "dito célebre" de Holanda Cavalcanti a respeito de conservadores e liberais no Império, segundo o qual não havia "nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder". E a segunda experiência parlamentarista entre nós, de 1961 a 1963, não fortaleceu os partidos. Apesar de serem estes, já então, de âmbito nacional, a reação do presidente João Goulart provocou a restauração do presidencialismo, com o plebiscito.

Hoje, a crise econômico-financeira, exigindo providências rápidas e seguras, obriga a indagar se o momento é próprio para a mudança. Em verdade, se o regime parlamentar é mais aconselhável ao desenvolvimento da democracia, também dilui o poder, apesar da chefia do Primeiro-Ministro. Será oportuna essa diluição, no quadro das dificuldades presentes e com os atuais partidos? É a pergunta que fazemos, apesar de nossa convicção parlamentarista. Parece prudente introduzir práticas parlamentaristas no mecanismo presidencialista, reduzindo o poder pessoal do Chefe do Governo, sem alterar, por enquanto, a natureza do sistema. Ao mesmo tempo, proceder-se-ia à reestruturação e ao realinhamento dos partidos, com renovação ampla de suas atividades. Assim também se abriria oportunidade a novas lideranças. Depois, viria o parlamentarismo. Há mudanças que devem ser graduais, para que atinjam seus verdadeiros objetivos.

* Josaphat Marinho é jurista e ex-senador pela Bahia